

O comércio internacional de produtos agropecuários e o desmatamento zero: dos incentivos financeiros aos produtores rurais às novas barreiras de mercado

Thiago Masson*

Eliminar o desmatamento das cadeias agroindustriais hoje poderá ser uma exigência para acessar mercados internacionais amanhã. São inúmeras as evidências recentes que aproximam essa hipótese às novas tendências do comércio mundial. A mais recente veio da União Europeia (UE) – segundo maior destino das exportações brasileiras do setor.

As autoridades de Bruxelas querem proibir a importação e a exportação de produtos agropecuários que carreguem qualquer rastro de desmatamento. A medida valerá para todas as origens de soja, carne bovina, óleo de palma, café, madeira e cacau produzidos após 31 de dezembro de 2020.

A proposta da Comissão ainda passará por um longo debate no Parlamento do bloco. Mas o apelo das empresas de alimentos e dos consumidores já ecoa entre os eurodeputados. A consulta pública sobre essa nova legislação foi a segunda de toda a história do bloco. E 83% das respostas indicaram que a medida contribuirá para preservar as florestas em nível global¹.

A pressão para reduzir a pegada de desmatamento no comércio mundial também ganha adeptos de gigantes do setor privado. O último compromisso público aconteceu ainda no “esquenta” da COP-26. As 27 empresas que assinaram o *UK Soy Manifesto* passarão a importar apenas soja livre de desmatamento e de conversão ao Reino Unido a partir de 2025. Juntas, representam 60% das importações anuais de grãos da Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte.

**Professor de Relações Internacionais e Agronegócio na Faculdade CNA
Artigo publicado originalmente pela The Nature Conservancy.
Adaptado para a revista da FCNA.*

¹Factual summary report on the public consultation on demand driven deforestation and forest degradation

O governo britânico celebrou o acordo privado. Ao menos na linguagem da diplomacia comercial, o gesto reitera a hipótese de que Londres poderá fechar o cerco sobre desmatamento nas negociações de futuros acordos de livre comércio. Do outro lado do Canal da Mancha, a ratificação do acordo entre a União Europeia e o Mercosul patina sobre o aumento dos índices de desmatamento na Amazônia. Protecionismo ou não, a bússola do comércio mundial parece indicar rotas mais verdes no pós-pandemia. E o darwinismo competitivo poderá ser implacável para determinados setores: adaptação ou eliminação de fornecedores não-conformes das cadeias globais de valor – ainda que gradualmente.

Os benefícios de se eliminar o desmatamento de cadeias agropecuárias não se restringem à redução das emissões e à preservação de ecossistemas. Também é uma oportunidade econômica. As florestas em pé regulam regimes hídricos e microclimas. São aliadas indispensáveis do esforço mundial para ajustar o relógio das mudanças climáticas. A derrubada dessas áreas naturais já tem gerado períodos de seca mais intensos e prolongados.

Dentro da porteira, os resultados são a redução da produtividade e o aumento dos custos de produção das atividades do campo. Das empresas de comercialização de commodities agrícolas aos supermercados no exterior, é fundamental que se garantam os incentivos financeiros e econômicos necessários para que o elo mais frágil do setor possa gerar renda sobre a floresta nativa em pé – os pequenos e médios produtores rurais. O pagamento por serviços ambientais é parte da solução para um desafio mais complexo.

Na outra ponta das cadeias de suprimento, a dobradinha entre florestas naturais e agricultura abre as portas de clientes cada vez mais pressionados por consumidores atentos a critérios socioambientais. Os excedentes de vegetação nativa nas Reservas Legais aumentam a vantagem competitiva do setor diante da onda de oportunidades que se forma no mercado internacional de crédito de carbono – sem mencionar a nova onda de restrições não tarifárias para coibir o desmatamento associado ao comércio internacional.

Por outro lado, é preciso garantir incentivos econômicos para a proteção das florestas dentro das propriedades rurais. Esse é o caso do IFACC (Inovação Financeira para a Amazônia, Cerrado e Chaco). Lançada durante a COP-26, essa iniciativa conjunta da The Nature Conservancy, Tropical Forest Alliance e da United Nations Environment Programme vai incentivar a captação de 10 bilhões de dólares até 2025. Os recursos financiarão a pecuária e o cultivo de soja livres de desmatamento nesses três biomas da América do Sul.

Novas dinâmicas de comércio também implicam custos de adaptação nas cadeias de produção. Tanto as responsabilidades quanto os desafios extrapolam os limites das porteiras das propriedades rurais. A cooperação entre estados nacionais e subnacionais, setores privados – dos fornecedores de insumos aos agentes exportadores -, academia, sociedade civil, organizações internacionais e sistema financeiro será fundamental para o país se conectar com o crescente segmento de consumidores preocupados com a saúde do planeta.

A floresta em pé será aliada do agronegócio nessa fase do comércio internacional – e não uma ameaça.